

Nacional

CIP exige perda de mandato da deputada Alice Tomás

Reginaldo Mangué
mangué.rom@gmail.com

O Centro de Integridade Pública diz que não basta o partido Frelimo repudiar os actos da sua colega da bancada parlamentar, Alice Tomás, que escreveu, na rede social Facebook, que Fátima Mimbire merece ser violada por dez homens e depois ser abandonada, porque, alegadamente, os seus comentários são veneno para o povo moçambicano.

“Para nós, só repudiar não é o suficiente. O partido Frelimo é um partido com responsabilidades governativas em Moçambique”, disse Edson Cortez, director executivo do CIP, e acrescentou que Alice Tomás não merece estar na



Assembleia da República a representar os moçambicanos. “O CIP vem aqui dizer que o comunicado feito ontem [quarta-feira da semana passada] pelo porta-voz da Frelimo sobre o distanciamento não é suficiente. O que nós exigimos é que essa deputada perca o mandato, porque uma pessoa que pensa assim não é uma pessoa digna

de representar Moçambique.”

Edson Cortez disse que não é a primeira vez que Fátima Mimbire e o CIP sofrem ameaças desse tipo. “Em Janeiro deste ano, Julião Cumbane fez o mesmo tipo de afirmação, e o CIP meteu uma queixa contra este senhor na Procuradoria-Geral da República.” Fátima Mimbire, solicita-

da pelos jornalistas para falar sobre o caso que a afecta directamente, disse já apresentou uma queixa-crime, porque a ameaça não é só para ela, é também para todos aqueles que contrariam o regime e também é uma mensagem que diz que todas as meninas e mulheres violadas mereceram tal acto.

“O meu sentimento é de tristeza e frustração, porque verifica-se que vivemos num país com muita intolerância”, afirmou Fátima Mimbire e acrescentou: “A ameaça não me vai fazer parar de fazer o que tenho vindo a fazer. Estas ameaças, mais do que impedir de continuar, pelo contrário, é combustível para continuar, porque prova que o que fazemos é importante para a sociedade. Mais do que ameaçar a Fátima, a ameaça incita à violação. Não

pode ficar impune”, concluiu.

Ainda sobre os comentários da deputada do partido Frelimo Alice Tomás, que manifestou publicamente o seu desejo de que Fátima Mimbire seja violada por “10 homens fortes”, Baltazar Fael, pesquisador do CIP, afirma que o Ministério Público tem responsabilidades acrescidas. “Se os jornalistas, quando escrevem algo sobre um chefe do Estado ou uma ministra, vão parar à barra dos tribunais sem que esses visados tenham medo queixa, nesta situação, estamos a falar de um crime público, e o crime público não precisa nem de queixa, portanto, o ofendido não precisa de ir apresentar queixa”, disse Baltazar Fael e acrescentou que o Ministério Público é chamado a agir com urgência para mostrar a sua imparcialidade e seriedade.

Canal de Moçambique

Segunda campanha “Eu não pago as dívidas ocultas”

Reginaldo Mangué
mangué.rom@gmail.com

Cerca de quatro meses após o Centro de Integridade Pública ter lançado a campanha contra as “dívidas odiosas”, teve início, na quinta-feira, a segunda fase da mesma campanha, com o lema “Eu não pago dívidas ocultas – nem com o gás”, visando mobilizar os cidadãos para se oporem ao pagamento de todas as dívidas contraídas pelas empresas EMATUM, MAM e “Proindicus” e ao uso do gás doméstico da Bacia do Rovuma como garantia de pagamento das dívidas.

O CIP diz que, no âmbito



desta campanha, vai distribuir em todo o país cerca de dez mil camisetas como forma de despertar a atenção dos cidadãos sobre este problema. O CIP encoraja todos os cidadãos moçambicanos e amigos de Moçambique, amantes da

justiça, a vestirem a camisola e gritar “Eu não pago dívidas ocultas – nem com o gás”.

O CIP havia lançado, no início deste ano, uma campanha contra o pagamento das dívidas ocultas, que incluía a distribuição de camisetas

com a frase “Eu não pago dívidas ocultas”. O objectivo da campanha era conscientizar o cidadão sobre os males causados pelas dívidas ocultas e engajá-lo na campanha de pressão sobre o Governo para cancelar as negociações com os credores das empresas EMATUM, “Proindicus” e MAM. A campanha visava chamar a atenção da Procuradoria-Geral da República para a investigação com vista à responsabilização civil e criminal dos indivíduos envolvidos na contratação ilegal das dívidas ocultas.

Edson Cortez, director executivo do CIP, considera que, quatro meses após o lançamento da primeira campanha, a Procuradoria-Geral da Re-

pública deu passos significativos na investigação sobre os responsáveis pela contratação das “dívidas odiosas”, dez dos quais já estão detidos.

O Governo também apresentou uma queixa em Londres.

Edson Cortez lamenta que o Governo de Moçambique continue a ter negociações com alguns credores no sentido de pagar as dívidas da EMATUM, MAM e “Proindicus”, sendo um Estado quase falido, com uma crise financeira sem precedentes, tendo dificuldades para pagar salários de funcionários públicos.

O CIP disse que lançou a segunda fase da campanha, em que vai distribuir cerca de dez mil camisetas em todo o país, para dizer: “Não toquem no nosso gás”.

“Não podemos pagar dívidas de meliantes com a riqueza de todos nós”, afirmou Edson Cortez.

Canal de Moçambique